

Embargo até 00.01hrs GMT Terça-feira 27 de setembro

Parceiros Desiguais:

Como os Acordos de Parceria Econômica (APE) entre a União Européia e a região ACP podem comprometer as oportunidades de desenvolvimento de muitos dos países mais pobres do mundo

Setembro de 2006

'Eu venho de um pequeno vilarejo de pescadores em Gana. Membros da minha família sempre pescaram para a sua subsistência, mas a pesca se tornou impossível desde a chegada dos grandes barcos Europeus, que vieram e pescaram nossos mares até os secarem. O mesmo aconteceu com a produção avícola. As importações da UE, de asas de galinha congeladas, destruíram o mercado local... Esses APE são acordos de comércio livre, e dessa forma eles trarão mais pobreza para a África.'

— Tetteh Hormeku, Rede do Terceiro Mundo, Accra, Gana

'Nossa experiência nos ensina que os Acordos de Comércio Livre (ACM) entre grandes mercados, como os da UE, e economias pequenas não são sustentáveis ao longo prazo, e levarão a um déficit por parte do parceiro mais fraco.'

— website da UE Europa Comércio: a UE descreve suas recentes negociações sobre s Acordos de Comércio Livre com a América Central¹



Resumo

A Rodada de 'Desenvolvimento' de Doha sobre negociações comerciais se estagnou, mas os países mais pobres do mundo ainda estão sob pressão para abrir seus mercados, com consequências potencialmente desastrosas. Estas negociações tinham a intenção de 'tornar o comércio justo', mas foram bloqueadas pelos EUA e UE, não dispostos a enfrentar as regras injustas e os padrões duplos dos quais tanto se beneficiam. A UE quer estabelecer novos acordos de comércio livre com 75 das suas ex-colônias na África, Caribe e Pacífico (ACP). Estas negociações desequilibradas dos 'Acordos de Parceria Econômica' entre as duas regiões, colocam algumas das economias industrializadas mais avançadas do mundo contra algumas das nações mais pobres do planeta. Além disso, os países da ACP estão divididos em seis pequenos grupos para as negociações; o menor destes grupos, as Ilhas do Pacífico, está negociando um acordo comercial com um gigante econômico mais de 1400 vezes o seu tamanho.

A UE tem uma oportunidade para desenvolver relações mais justas com os países da ACP, mas estas disparidades extremas no poder de negociação podem facilmente produzir resultados injustos, e a Oxfam teme que o desenvolvimento futuro dos países da ACP possa estar comprometido pelas táticas da UE. Existe muito mais em questão para a ACP do que para a Europa. Quase a metade (41 por cento) das exportações da ACP são destinadas à Europa, mas o comércio da ACP é apenas trocado miúdo para a gigantesca economia Européia. As empresas da Cidade de Londres pagam mais em bônus aos seus executivos do que a Europa gasta comprando produtos de toda a região da ACP.² No entanto, tudo indica que a Europa esteja jogando duro nestas negociações, colocando seu próprio interesse comercial acima das necessidades para o desenvolvimento. Além disso, existe uma forte preocupação de que os APE possam debilitar o multi-lateralismo.

Dentro dos APE propostos:

- Pequenos agricultores e produtores em muitos dos países mais pobres do mundo serão forçados a concorrer direta e injustamente com os produtores eficientes e altamente subsidiados da UE;
- A integração regional entre os países da ACP será severamente comprometida;
- Os governos da ACP perderão receitas consideráveis, além de várias ferramentas políticas de que precisam para apoiar o desenvolvimento social e econômico.

Em setembro de 2006, a UE e ACP iniciarão sua revisão de meio-termo das negociações de APE, um exercício formal agendado quando o processo da APE foi lançado em 2002.³ Essa revisão oferece, aos governos da ACP e à UE, uma verdadeira oportunidade para a completa reavaliação das implicações das propostas e tendências atuais dos APE para o desenvolvimento, e para re-enfocar seus esforços num acordo comercial mais favorável ao desenvolvimento, conforme o Acordo de Cotonou. Como este documento demonstrará, os APE propostos são uma ameaça séria às perspectivas de desenvolvimento dos países da ACP, e esta revisão iminente deve ser usada para forçar uma re-avaliação radical.

Próxima Rodada: os mais pobres contra os mais ricos

As negociações dos APE estão sendo conduzidas pelos 25 países da UE, que possuem um PIB conjunto de \$13.300 bilhões de dólares, e seis grupos de países Africanos, Caribenhos e do Pacífico. Entre estes países da ACP estão 39 dos 50 Países Menos Desenvolvidos do mundo (PMD). O menor grupo, as Ilhas do Pacífico, possuem um PIB conjunto de apenas \$9 bilhões de dólares – 1,400 vezes menos que o da UE. Até mesmo o maior grupo, a região da África Ocidental, é mais do que 80 vezes menor do que a UE em termos de PIB. Dadas estas enormes desigualdades, não é difícil ver aonde está o poder.

Tabela 1: Parceiros desiguais no comércio

APE	PIB 2005 (bilhões de US\$)	Porcentagem do PIB da UE ⁱ	Razão comparada ao PIB da UE
UE	13.300		
SADC	66	0,50	200
AOM ⁱⁱ	75	0,56	178
África Ocidental	162	1,22	82
África Central	40	0,30	330
Caribe	72	0,54	185
Pacífico ⁱⁱⁱ	9	0,07	1.414
Total do APE	425	3,20	31

Fonte: Banco Mundial 2005

<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>

ⁱ Dados em duas casas decimais

ⁱⁱ África Oriental e Meridional.

ⁱⁱⁱ Dados não disponíveis para as Ilhas Cook, Nauru, Niue e Tuvalu.

A rodada de negociações atual foi provocada pelo vencimento dos acordos comerciais prévios entre a UE e os países da ACP. Desde 1975, as relações políticas e econômicas entre os dois blocos vêm sendo governadas por uma série de 'Convenções de Lomé', de cinco anos cada.⁴ Reconhecendo as vastas diferenças econômicas entre a UE e a ACP, os acordos ofereciam vantagens comerciais e ajuda aos países da ACP, sem exigir que

estes retribuíssem. Exportadores da ACP tinham considerável acesso aos mercados da UE e os países da ACP mantinham o direito de proteger seus produtores contra exportações altamente competitivas (e muitas vezes altamente subsidiadas) da UE. A Convenção de Lomé e o Acordo de Cotonou não foram sucessos totais. Apesar de possuírem muitos aspectos favoráveis ao desenvolvimento, eles também contribuíram a alguns dos problemas de desenvolvimento enfrentados pelos países da ACP atualmente.

A última Convenção de Lomé expirou em 2000, e foi substituída pelo Acordo de Parceria de Cotonou, que tinha como principais objetivos a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável dos países da ACP; e a sua integração gradual na economia mundial.⁵ Sob o Acordo de Cotonou, a UE e a ACP concordaram em manter o sistema preferencial de Lomé até o final de 2007, e em seguida substituí-lo por um novo Acordo de Parceria Econômica que seria compatível com a OMC.⁶

Dentro das regras da Organização Mundial de Comércio, ambas as partes devem liberalizar seus mercados, com a ACP sendo obrigada a oferecer acesso livre para 'praticamente todas' as exportações da UE dentro de um 'período razoável'.⁷ Desta forma, para manter as preferências que já possuem no mercado Europeu, a partir de janeiro de 2008, os países da ACP terão que abrir os seus mercados para a competição direta dos produtos e serviços altamente competitivos da UE. Além disso, a UE está instigando a inclusão de uma política de competição, investimento e aquisições governamentais. Os APE propostos significam nada menos que um re-estruturamento fundamental das relações políticas e econômicas entre a UE e os países da ACP.

Uma verdadeira 'parceria'?

Certamente uma 'parceria' implica que ambas as partes ganhem com um acordo, não? Mas com os APE, os ganhos para a UE estão claros; está mais difícil ver aonde estão os ganhos para os países da ACP.

Acesso aos mercados para exportadores da ACP

Apesar da UE ter prometido aumentar o acesso a mercado para todos os exportadores da ACP, existem poucos sinais de que isto acontecerá. A UE estabeleceu um programa de 'Tudo Menos Armas' (TMA) para os Países Menos Desenvolvidos (PMDs), incluindo, em 2001, 39 PMDs do bloco da ACP. Dentro desta iniciativa, países elegíveis têm acesso a mercado, com isenção de taxas, para a grande maioria de suas exportações para UE. No entanto, parece pouco provável que o restante dos países em desenvolvimento da APC tenham maior acesso a mercados (além do que já possuíam sob as Convenções de Lomé), ou que as barreiras que comprometiam a eficácia dos antigos acordos preferenciais sejam removidas.⁸ Mesmo com um APE, é provável que os exportadores da ACP continuem enfrentando regras-de-origem restritivas, que limitam o número de exportações elegíveis ao tratamento preferencial;⁹ padrões sanitários e fito-sanitários (SFS) cada vez mais altos, que tornam muito difícil o alcance dos mercados Europeus;¹⁰ e a escalção de tarifas sobre as principais cadeias de valor, impondo taxas mais altas sobre bens processados (ex: café instantâneo) do que sobre materiais brutos (como grãos de café), desta forma impedindo que os países da ACP processem seus próprios produtos. O progresso lento na reforma agrícola da UE

significa que mesmo que consigam exportar para a Europa, os exportadores da ACP ainda terão que enfrentar produtores Europeus altamente subsidiados.¹¹

Em resumo, os 39 países menos desenvolvidos da ACP não ganharão nenhum acesso a mercado significativo com os APE, já que este acesso já lhes foi prometido no esquema atual dos TMA, enquanto que os outros 36 países em desenvolvimento estão negociando somente para manter o acesso a mercado que já possuem sob o Acordo de Cotonou.

Acesso a mercado para exportadores da UE

Em termos da abertura dos mercados da ACP, o significado exato de 'praticamente todo' o comércio é fortemente debatido. No acordo de comércio livre entre UE-África do Sul, a UE concordou em liberalizar 95 por cento do seu comércio com a África do Sul, num período de 10 anos, e em retorno a África do Sul deveria liberalizar 'apenas' 86 por cento de suas importações providas da UE, ao longo de um período de transição de 12 anos.¹² No contexto dos APE, a Comunidade Européia declarou que o 'período razoável de tempo' que esta prevê para a transição será de 10 anos, mas que este poderá ser mais longo em casos excepcionais.¹³

Em termos da extensão da liberalização nos países da ACP, a CE foi mais resguardada. No entanto, compreende-se em geral que se a UE liberalizar 100 por cento do seu comércio, os países da ACP terão que liberalizar 80 por cento de seus mercados, deixando assim que apenas 20 por cento de seus produtos tenham proteção contra a competição de produtos e serviços Europeus. Enquanto que tal divisão estaria de acordo com os critérios da CE para compatibilidade com a Organização Mundial do Comércio (que exige que 90 por cento do comércio seja liberalizado)¹⁴ isto efetivamente forçaria os governos da ACP a fazerem escolhas difíceis entre manter tarifas sobre importações valiosas de alta arrecadação, como automóveis e produtos eletrônicos; proteger alimentos básicos como o milho; proteger algumas indústrias existentes contra a competição; ou assegurar sua capacidade de apoiar o desenvolvimento industrial futuro.

A maioria dos governos da ACP são altamente dependentes de tarifas sobre importações para arrecadar receitas governamentais. O Banco Mundial estima que na África Sub-Saariana, as receitas tarifárias garantem uma média de entre 7 a 10 por cento das receitas governamentais.¹⁵ Os governos da Gâmbia e Cabo Verde, por exemplo, dependem destas tarifas para fornecer até 20 por cento de suas receitas.¹⁶ Com os produtos da UE representando 40 por cento de todas as importações para a África Sub-Saariana, a eliminação de tarifas sobre importações da UE iria diminuir esta arrecadação consideravelmente. No pior dos casos, Gâmbia e Cabo Verde poderiam perder até 20 por cento de sua renda governamental, enquanto Gana e Senegal poderiam sofrer uma baixa em renda de 10 a 11 por cento.¹⁷

Estas perdas provavelmente terão um impacto sério nos gastos governamentais, porque se os países da ACP não conseguirem mitigar-las, aumentado a receita de outras maneiras, eles serão forçados a cortar gastos fiscais. Isto poderia colocar programas sociais em risco, e causar um declínio nos investimentos em saúde e educação. Para colocar tudo isto em perspectiva, como resultado dos APE a República do Congo perderia, em termos de renda tarifária, estimadamente o equivalente a seus gastos totais em educação.¹⁸

Mesmo que, devido à liberalização das importações, os consumidores dos países da ACP possam beneficiar de uma variedade mais ampla de produtos e serviços baratos

entrando no mercado, um APE ameaçaria os meios de vida em setores chave da agricultura e manufatura. A eliminação de tarifas sobre as importações da UE colocará produtos (muitas vezes altamente subsidiados)¹⁹ de uma das regiões mais economicamente avançadas do mundo, em competição direta com produtores em alguns dos países mais pobres do mundo. Apesar da expectativa, tanto da UE quanto da ACP, de que em alguns setores a liberalização terá consequências dramáticas, as avaliações de impacto até agora foram de qualidade e variedade superficiais, incapazes de quantificar os efeitos sobre os níveis de produção, emprego ou o futuro da competitividade dos setores produtivos nos países da ACP. De acordo com uma Avaliação de Impacto sobre a Sustentabilidade (AIS) de um dos APE, 'Enquanto a liberalização pode encorajar [consumidores a comprar produtos a preços acessíveis], ela também pode acelerar o colapso do setor de manufatura moderno [sic] da África Ocidental' [ênfase adicionada].²⁰

Os APE não ameaçam apenas os setores produtivos existentes, eles também podem comprometer a capacidade dos governos da ACP de apoiarem o desenvolvimento econômico futuro. Praticamente todos os países que se desenvolveram no passado, utilizaram uma política de tarifas para encorajar pequenos empreendedores a subirem a setores mais elevados da cadeia de valor, ingressando em novas indústrias de manufatura e processamento.²¹ Isto significa modificar os níveis tarifários de acordo com as necessidades da economia e as prioridades do desenvolvimento nacional ou regional.²² Os APE restringirão severamente a capacidade dos governos da ACP de utilizarem uma política tarifária desta maneira. Os países da ACP só poderão proteger contra a liberalização completa, aqueles produtos que contribuam menos de 20 por cento do valor total do comércio com a UE. Além disso, é pouco provável que possam fazer mudanças significativas à estas decisões no futuro, mesmo que a evolução de sua estrutura industrial exija padrões de proteção diferentes. Considerações sobre a receita e a proteção dos meios de vida existentes, provavelmente irão exaurir os 20 por cento do comércio excluídos pelas negociações do APE, deixando pouca ou nenhuma flexibilidade para incluir na lista outros setores industriais ou agrícolas, que possam ter potencial de crescimento futuro. Assim, o congelamento das tarifas sob os APE corre o risco de restringir os países da ACP à produção de produtos básicos primários, e de impedir o seu desenvolvimento econômico.

Uma ofensiva adicional de interesse da UE é a abertura comercial da ACP no setor de serviços. O Acordo de Cotonou reafirma os compromissos feitos sob o Acordo Geral sobre Comércio dos Serviços (GATS), e confirma que os países da ACP devem receber tratamento especial e diferenciado.²³ No entanto, o mandato das negociações da CE é mais agressivo que o Cotonou ou a OMC, declarando que as negociações sobre serviços devem 'começar em todos os setores até 2006 no máximo'.²⁴ As implicações, para o desenvolvimento, de incluir serviços nos APE permanecem desconhecidas, e existem poucos estudos que tenham analisado profundamente o setor de serviços nos países da ACP. Os próprios países da ACP declararam firmemente que 'deve-se respeitar o direito dos membros do grupo da ACP de regularem o comércio em serviços e liberalizarem de acordo com os objetivos de políticas nacionais'.²⁵

Resta-nos ver o quão bem-sucedidos serão em reter a flexibilidade de regular os serviços nas negociações.

Pela porta de trás

A UE está exigindo fortemente a inclusão de uma política de competição, investimento, facilitação comercial e transparência nas aquisições governamentais (as chamadas

Questões de Singapura) no processo dos APE. Com a exceção da facilitação comercial, os países em desenvolvimento têm conseguido excluir essas questões do âmbito das negociações da OMC. Os países da ACP declararam coletivamente que não queriam incluir uma política de competição, investimento e aquisições governamentais nas negociações dos APE, e descreveram o seu desentendimento com a UE a esse respeito como sendo de uma 'natureza fundamental'.²⁶ Na última Reunião Ministerial da União Africana, os ministros pediram aos países da UE para não pressionarem os países Africanos a assumirem obrigações acima das existentes na OMC, e exigiram que estas questões ficassem 'por fora do âmbito dos APE'.²⁷ Mesmo assim, a CE continua insistindo que 'não haverá nenhum APE sem regras de investimento e reciprocidade completa'.²⁸

As implicações, para os países da ACP, de uma negociação das Questões de Singapura não foram sistematicamente analisadas, mas existem provas suficientes para preocupar os planejadores de política da ACP. Uma preocupação pragmática é o alto custo da implementação. Os custos da implementação de novas leis sobre a competição seriam consideráveis,²⁹ e os países em desenvolvimento ainda estão lutando para implementar as obrigações impostas pela OMC sobre reformas alfandegárias, direitos de propriedade intelectual e SFS, acordados durante a Rodada do Uruguai. As estimativas sugerem que cada uma das 16 áreas de reforma acordadas durante a Rodada custará US\$2,5 milhões de dólares (por país) para ser implementada.³⁰

Uma preocupação mais estratégica é que os países da ACP estariam entrando em acordos legais com a UE em áreas-chave da política comercial e industrial. Os países da APC possuem relativamente pouca experiência ou perícia técnica nestas áreas, e não está claro no momento quais tipos de políticas seriam benéficas às suas economias, tanto agora quanto, mais crucialmente, à medida em se desenvolverem no futuro. Por esta razão, é essencial que os governos da ACP retenham flexibilidade suficiente para que possam adaptar suas políticas conforme necessário.

O investimento é um caso a salientar. A UE argumenta que ao entrar num acordo legal, os países da ACP tirariam benefício de um fluxo de investimento direto externo que estimularia seu crescimento econômico.³¹ Até agora, isto parece ser apenas uma suposição. Existe um grande corpo de evidência que levou o Banco Mundial a concluir que os países que possuem acordos de investimento, não têm maior probabilidade de atrair fluxos de investimento adicionais do que os países que não possuem tais tipos de pacto.³² Pesquisas indicam que os desincentivos principais para os investidores a respeito da África sub-Saariana são preocupações sobre a estabilidade política, segurança, o suprimento pouco confiável de eletricidade, e não uma falta de acordos legais sobre investimentos.³³

Além disso, o mandato de negociações da EC sobre os APE favorece a 'não-discriminação', o que significa que os países da ACP seriam forçados a tratar as gigantescas multinacionais Européias da mesma maneira que as suas próprias e mais fracas empresas. Isto impediria a utilização, pelos governos da ACP, de políticas de investimento que muitos outros países utilizaram como uma forma de fortalecer suas indústrias nacionais (incluindo limites sobre o direito à propriedade, desempenho em termos de exportação ou empregos locais, e a insistência em parcerias com empresas locais). No entanto, os negociadores da UE continuam insistindo na inclusão da questão do investimento declarando, nas suas negociações com os países da África Ocidental, que 'não vale a pena ter [um APE] entre a União Européia e a ECOWAS se este Acordo não incluir... regras sobre a liberalização para o investimento'.³⁴

(Des) integração regional?

'A insistência da CE em tentar determinar o que é melhor para a ACP e como nós deveríamos configurar o nosso espaço econômico parece muito pouco sincera. É difícil ver como a Comissão [Europeia] pode reconciliar a sua abordagem de negociação atual, com as declarações feitas por vários oficiais da Comissão, dizendo que cabe às regiões da ACP determinar o ritmo e as prioridades da sua integração regional.'

— Dame Billie Miller, Ministro das Relações Exteriores e Comércio Internacional, e Presidente do Comitê Ministerial de Comércio da ACP, 20 de junho de 2006

A União Europeia continua a apoiar falsamente a integração regional. No entanto, tal como se prevê atualmente, os APE provavelmente enfraquecerão o regionalismo e prejudicarão as relações comerciais entre países da ACP.

A integração regional é uma plataforma central do Acordo de Cotonou³⁵ e uma parte essencial das estratégias de desenvolvimento dos países da ACP. Para a ACP, o regionalismo pode promover a partilha de recursos, a expansão de mercados, o aumento em atividades comerciais e investimentos, e uma maior diversificação e acumulação de valor, além de reduzir a dependência em um pequeno número de mercados de países desenvolvidos. A UE também reconheceu, em seu mandato de negociações, que a 'integração econômica e comercial deve ter como base as iniciativas de integração regional dos estados da ACP'³⁶ e deve 'levar em consideração os processos de integração regional dentro da ACP'.³⁷ No entanto, se os mercados regionais forem abertos às importações da UE antes de se consolidarem, isto comprometerá, e não fortalecerá, as iniciativas regionais em andamento atualmente. O caso do CARIFORUM é apenas um dos exemplos que ilustram esse ponto. O CARIFORUM oferece tratamento diferenciado para economias mais fracas e vulneráveis na região.³⁸ No entanto, nas negociações dos APE na região, a CE está exigindo um regime único com regras harmonizadas para todos os membros do CARIFORUM, para que os exportadores da UE possam tirar vantagem de um ponto de entrada único. Isto é um desafio direto à soberania dos governos regionais no processo de elaboração de seu próprio regime de comércio regional.

Fragmentando os grupos regionais

As negociações dos APE estão quebrando as parcerias regionais existentes e forçando os países da ACP a escolherem o órgão através do qual eles irão negociar com a UE. Dentro de cada órgão regional do APE,³⁹ existem problemas de afiliações sobrepostas. Isto é particularmente pertinente no caso da África Meridional e Oriental, onde os partidos do Protocolo Comercial para o Desenvolvimento da Comunidade do Sul da África (SADC) se dividiu em três grupos (veja a Tabela 2). Dezesesseis dentre os estados membros do SADC e da COMESA estão negociando com a UE sob a bandeira do Grupo da África Meridional e Oriental (ESA); a República Democrática do Congo está negociando sob o Grupo Centro Africano; enquanto que os membros restantes da SADC (membros da União Alfandegária da África Meridional: Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, juntamente com a Angola, Moçambique e Tanzânia) estão negociando um APE completamente diferente dentro do grupo SADC. Além disso, os três estados da Comunidade Africana Oriental (EAC), Uganda, Quênia e Tanzânia, estão divididos entre os agrupamentos do SADC e ESA.

Tabela 2: Fragmentando a região do SADC

	Grupo SADC	Grupo ESA	Grupo Centro Africano	Não estão negociando um APE
Angola				
Botswana				
RDC				
Lesoto				
Madagascar				
Malawi				
Maurício				
Moçambique				
Ruanda				
África do Sul				
Suazilândia				
Tanzânia				
Zâmbia				
Zimbábue				

Protocolo Comercial do SADC

Este re-alinhamento complexo dos blocos regionais e o ritmo das negociações que a UE está impondo às suas antigas colônias, criará dificuldades sérias para a harmonização das agendas de liberalização. Devido ao fato de que os países da ACP possuem prioridades diferentes com relação aos setores que desejam proteger contra a competição de importações, e preservar para a geração de renda tarifária, é possível que cada membro de um APE possa escolher produtos diferentes que desejam liberalizar. Caso os agrupamentos regionais não estejam suficientemente harmonizados antes que um Acordo de Comércio Livre seja lançado, os APE criarão novas barreiras ao comércio intra-regional.

Por exemplo, caso o Quênia decida não liberalizar um produto como a farinha, mantendo seus níveis tarifários, enquanto que a Etiópia decida remover todas as taxas, os comerciantes podem escapar das restrições do Quênia ao transportar produtos baratos (e possivelmente descartados) importados da UE através da fronteira com a Etiópia.⁴⁰ Para impedir este tipo de transferência de carga, controles rígidos entre as fronteiras terão que ser mantidos para diferenciar os bens de origem regional e os produtos de origem Europeia. A imposição destes procedimentos alfandegários

demorados e das dispendiosas verificações de regras-de-origem, podem fortalecer as barreiras ao comércio intra-regional, ao invés de reduzi-las.

Parcerias regionais sob pressão: dentro ou fora de um APE?

A presença de países que fazem ou não parte dos Países Menos Desenvolvidos (PMDs) nos grupos de negociação dos APE também pode criar dificuldades para as iniciativas de integração regional. No acordo da TMA, os PMDs já possuem acesso livre aos mercados Europeus para 'tudo menos armas', e desta forma terão poucos incentivos para assinar outros acordos de comércio livre. No ECOWAS, por exemplo, 13 dentre os 16 países membros são PMDs. No entanto, se estes países decidirem optar por sair de um APE, mas continuarem com o processo de integração regional do ECOWAS, eles sofrerão os mesmos efeitos das importações da UE entrando em seus mercados através de seus vizinhos regionais não-PMD.

O perigo oculto, representado pelos acordos de comércio livre com a UE, para o regionalismo, pode ser ilustrado no caso da União Alfandegária da África Meridional (SACU). Apesar da África do Sul ser membro da SACU, ela assinou um acordo de comércio livre com a UE – o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC). Apesar do acordo não incluir formalmente os outros membros da SACU – Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia – ele teve um impacto claro sobre estes, tornando-os membros *efetivos*. Devido à tarifa externa comum da SACU, os quatro países serão forçados a reduzir suas tarifas sobre importações provindas da UE, de acordo com as taxas acordadas pela África do Sul. Estima-se que isto poderá levar a uma queda de até 21 por cento em renda tarifária, com a Botswana perdendo cerca de 10 por cento de sua receita nacional.⁴¹ Da mesma forma, os parceiros de qualquer APE da SADC estariam efetivamente aceitando o regime de importação já acordado entre a África do Sul e a UE, a não ser que retenham controles robustos e dispendiosos nas suas fronteiras, para filtrar os bens originários da Europa que possam entrar em seus países através da África do Sul.

Dividir os grupos regionais entre aqueles países não-PMD que entram em acordos APE com a UE, e aqueles que países PMD que mantêm suas barreiras comerciais terá consequências graves. Em termos práticos, os PMDs que escolherem permanecer fora de um APE só poderão evitar a liberalização *efetiva* de seus mercados se também erigirem barreiras contra seus vizinhos. Tais barreiras acabariam por anular o princípio de uma maior integração regional.

Historicamente, a integração regional tendeu a ser fraca entre os países da ACP, devido à orientação externa de sua infra-estrutura de mercado e instituições, e sua dependência econômica numa cesta básica de produtos primários para exportação para fora da região. Caso esta fragilidade regional não seja priorizada e suficientemente abordada, o desenlace dos APE ameaça o desenvolvimento de 'centros e satélites', onde os países da ACP se tornam cada vez mais dependentes das importações da UE, comprometendo a integração regional. A integração intra-regional precisa ser liberada para prosseguir dentro do seu próprio ritmo, internamente estabelecido, e não de acordo com agendas e tabelas impostas arbitrariamente e alvos de progresso artificiais, tal como a UE está tentando fazer atualmente.

A ilusão da assistência

A implementação de um APE será claramente dispendiosa para os países da ACP em termos de perdas em renda tarifária e taxas de emprego. Além disso, os estudos de avaliação de impacto⁴² demonstram que, para que os países da ACP possam extrair qualquer benefício de um maior acesso a mercado através dos APE, eles precisariam primeiro abordar as grandes restrições de oferta que impedem a produção competitiva. Um estudo estima, conservadoramente, que os 'custos de ajustamento' totais, tais como a indenização pela perda de receitas tarifárias, emprego e produção, e apoio para o desenvolvimento do setor de exportações nos países da ACP, poderiam ser de até €9,2 bilhões de euros.⁴³

A União Européia possui um histórico de oferecer consideráveis níveis de assistência ao desenvolvimento para os países da ACP, cobrindo áreas como saúde, educação, água, saneamento e estradas. Este apoio é canalizado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e liberado em ciclos de cinco anos. Em resposta às preocupações da ACP sobre os custos dos APE, a CE prometeu aumentar o nível de assistência no próximo ciclo de financiamento do FED (2008 a 2013) a €22,7 bilhões de euros.⁴⁴ À primeira vista isto pareceria suficiente para cobrir os custos de ajustamento dos APE, mas uma investigação mais profunda revela que esta assistência seria mais ilusão do que realidade.

Tabela 3: Fundos alocados e gastos durante cada ciclo de financiamento de cinco anos (em milhões de euros)

Pacote de Assistência do FED	Fundos alocados durante o período de cinco anos (valor nominal)	Valor real da verba (ano base 1975)	Desembolsos feitos nos cinco anos nos quais a verba foi alocada (valor nominal)	Porcentagem da alocação total desembolsada no período de cinco anos (porcentagem mais próxima)
4 th FED (1976–80)	3,390	2,696	1,454.5	43
5 th FED (1981–85)	5,227	2,586	2,041.0	39
6 th FED (1986–90)	8,400	3,264	3,341.6	40
7 th FED (1991–95)	12,000	3,514	4,417.9	37
8 th FED (1996–2000)	14,625	3,463	2,921.6	20
9 th FED (2001–06)	15,200	3,131	4,239.0	28

Notas: No oitavo FED o primeiro ano de pagamento foi 1998. O total cobre três anos de pagamentos de 1998 a 2000. No nono FED o primeiro ano de pagamento foi 2002. Os pagamentos feitos cobrem os anos de 2002 a 2005.

Fonte: Grynberg, R. and A. Clarke (2006) 'The European Development Fund and Economic Partnership Agreements', Secretariado da Commonwealth, Divisão de Questões da África
Dados provenientes de

http://ec.europa.eu/comm/development/body/cotonou/statistics/stat11_en.htm.

A CE sugere que os fundos para a indenização dos países da ACP pelos custos da implementação dos APE, viriam do décimo ciclo de financiamento FED (2007-11), para o qual um total de €22,7 bilhões de euros foi prometido. No entanto, mesmo antes dos APE entrarem em cena, estimou-se que €21,3 bilhões de euros seriam necessários, para o décimo ciclo de financiamento FED, apenas para financiar os custos do atual portfólio de assistência da UE, e manter as suas contribuições a cerca de 0,38 por cento do rendimento nacional da UE (RNB).⁴⁵ Caso esta seja realmente a situação, o décimo FED cobrirá apenas as obrigações existentes da UE. Ao invés de oferecer maiores recursos financeiros através dos APE, a CE cobrirá os custos de ajustamento dos APE a partir de orçamentos de assistência existentes, desviando dinheiro de outras áreas como saúde, educação e desenvolvimento rural.

Mesmo que os países da ACP decidam usar os fundos de assistência existentes para os custos de ajustamento dos APE, estes estariam disponíveis muito lentamente. Durante o último ciclo de cinco anos (2001-06) a UE prometeu €15 bilhões de euros para os países da ACP. No final deste ciclo, apenas 28 por cento desta verba tinha sido liberada. O registro para o ciclo anterior foi ainda pior. Para 1995-2000, foi feita uma promessa de €14,6 milhões de euros. Os fundos só começaram a ser liberados no terceiro ano, e no final dos cinco anos apenas 20 por cento tinha sido pago. Já que os países da ACP sentirão o impacto dos APE muito rapidamente sobre as suas economias, é evidente que os mecanismos de liberação de verba da UE precisam de uma grande revisão se a assistência da UE realmente for fazer uma diferença. Os governos da ACP estão atentos à abordagem de 'espelhos-e-fumaça' da União Europeia com relação à assistência ao desenvolvimento e reivindicaram a instituição de uma linha de financiamento EPA separada e adicional,⁴⁶ para que a CE possa ser responsabilizada por suas promessas e os fundos possam ser claramente monitorados. Até agora, isto não foi acorçado e a promessa de assistência permanece uma miragem.

Um processo comprometido

As negociações dos APE foram severamente criticadas pela sua falta de transparência, consulta, e debates informados. Para muitos países da ACP, as negociações são na maior parte um foro para negociadores de especialidade técnica, baseados em instituições regionais muito fracas, onde os funcionários muitas vezes são pagos pela própria UE. Na região da África Central, a estrutura regional de negociação do Secretariado do CEMAC é tão fraca que a DG de Desenvolvimento expressou graves preocupações sobre sua capacidade de gestão.⁴⁷ Numa reunião ministerial recente entre a UE e ACP,⁴⁸ os ministros da ACP pediram que a CE 'respeite o processo de negociação e desista de tentar exercer pressão ao nível político mais alto, tirando vantagem da lacuna de informações que possa existir entre os negociadores técnicos e a liderança política'. Eles pediram aos estados membros da UE para 'revisar urgentemente as diretivas de negociação de junho de 2002 e a estrutura atual de negociação' a fim de facilitar a implementação do 'componente de desenvolvimento das negociações do EPA'. Algumas organizações da sociedade civil e políticos também criticaram o processo de negociação pela falta de transparência e pela participação política e pública limitada nos debates.

A revisão do APE: uma oportunidade para uma re-avaliação radical

Está claro que as negociações do APE estão infestadas de problemas, tanto a nível de conteúdo quanto de processo, e que na sua forma atual, os APE propostos não poderão implementar suas promessas de desenvolvimento. A revisão formal de meio-termo das negociações do APE está agendada para começar em setembro de 2006, o que será um momento ideal para mudar a maré com relação aos APE.

Ao preparar para a revisão de meio-termo, a UE pressionou por um processo que essencialmente evitasse questões de conteúdo, e que se limitasse meramente a avaliar se as negociações estavam ou não a caminho para uma 'conclusão oportuna' em dezembro de 2007.⁴⁹ Os países da ACP, por outro lado, insistiram para que a revisão seja 'inclusiva e consultativa', 'conduzida ao nível nacional e regional' e inclua 'a estrutura, processos e substância das negociações, as dimensões comerciais e de desenvolvimento, assim como a capacidade e os planos de preparo para concluir os APE'. Os ministros da ACP venceram esta batalha, e um acordo foi fechado para um mandato de revisão que seja abrangente, consultativo e inclusivo.⁵⁰ O desafio agora para a UE e a ACP é garantir que a implementação da revisão reflita fielmente o texto deste mandato.

A revisão também deve ser expandida para incluir a exploração de alternativas aos APE. O Acordo de Cotonou oferece oportunidades, explicitamente, para a consideração, caso necessária, de acordos comerciais alternativos para os países não-PMD, 'equivalentes à sua condição existente'.⁵¹ Existem várias alternativas aos APE que são compatíveis com a OMC, incluindo opções não-recíprocas e opções que exigem menor reciprocidade.⁵² Os países da ACP, assim como a UE, devem considerar alternativas aos APE para realmente poderem fazer decisões informadas sobre o que é melhor para o desenvolvimento.

Não houve menção de contingência se as negociações não forem concluídas antes do período de graça da ACP⁵³ expirar no final de 2007. A UE terá que abrandar a pressão para concluir as negociações até a data limite, com uma garantia que qualquer que seja a estrutura de cooperação acordada com as regiões da ACP, esta oferecerá a melhor solução possível para promover o desenvolvimento. É pouco provável que um APE – ou uma alternativa ao APE – seja acordado antes do prazo, e a UE terá poucas opções a não ser pedir aos membros da OMC para estender o período de graça até que um acordo seja alcançado.

Conclusão e recomendações

A revisão de meio-termo oferece uma oportunidade para os negociadores fortalecerem a legitimidade do processo dos APE, aprimorando a qualidade das informações disponíveis, expandindo a participação, e aumentando a transparência e a 'accountability' entre a UE e os negociadores da ACP e seus respectivos órgãos políticos e público mais amplo. Para tirar o máximo possível desta oportunidade, a revisão deve garantir que:

1. A qualidade e o alcance das avaliações de impacto serão consideravelmente melhorados, examinando não somente as implicações do ajustamento aos APE, mas também o seu impacto sobre as futuras políticas de desenvolvimento.

2. Uma série de alternativas aos APE serão examinadas, em respeito ao Artigo 37.6 do Acordo de Cotonou. Isto deve incluir programas de ação que não exijam a liberalização recíproca dos mercados, sem Questões de Singapura, e sem provisões adicionais às da OMC, particularmente com relação ao TRIPs (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio). O impacto esperado dos diferentes planos de ação devem ser avaliados, para que todas as partes possam julgar qual a configuração que melhor contribui para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos países da ACP.
3. Haja divulgação completa de informações ao público, incluindo as conclusões dos estudos de impacto independentes, e transparência sobre o conteúdo e o processo das negociações.
4. O processo inclua debate parlamentar e consultas com as partes interessadas como sindicatos, ONGs, o setor privado, a mídia, e outros atores chave nos países da ACP.
5. Assistência técnica e financeira suficiente seja oferecida para garantir um processo transparente, estruturado e participatório de consultas e debates, tanto a nível nacional quanto regional. O financiamento para este processo não deve ter condições associadas ou sofrer influência externa de doadores da UE.
6. Tempo suficiente seja alocado para além da data da próxima Reunião Ministerial Conjunta da ACP-UE na primeira metade de 2007, para que o processo de revisão possa garantir uma análise de qualidade sobre as implicações dos APE, e para que esta seja genuinamente abrangente e inclusiva.
7. Exista coerência e consistência com as estratégias nacionais de desenvolvimento, ao envolver os ministérios relevantes no processo de revisão, assim como os doadores que apoiam estas estratégias de desenvolvimento.
8. A UE não exerça pressão desproporcional sobre os países da ACP para que concluam as negociações no final de 2007, se os textos de negociação não servirem adequadamente aos objetivos de promoção do desenvolvimento e redução da pobreza.

Notes

¹ http://europa.eu.int/comm/trade/issues/bilateral/regions/central_america/index_en.htm.

² As importações totais da UE providas da ACP foram \$35,8 bilhões em 2004; enquanto que no ano fiscal de 2006, empresas na Cidade de Londres pagaram um total de \$36,2 bilhões (£19 bilhões de libras) em bônus. Fontes: [Hwww.trademap.org](http://www.trademap.org)H; *Guardian newspaper* 17 de agosto de 2006.

³ Artigo 37.4 do Acordo de Cotonu. 'As partes revisarão regularmente o progresso das preparações e negociações e irão, em 2006, realizar uma revisão formal abrangente dos esquemas planejados para todos os países, para garantir que nenhum tempo extra seja necessário para preparações ou negociações.'

⁴ As Convenções de Lomé formaram parte de uma série de acordos pós-independência que governaram as relações entre a Europa e suas antigas colônias. Observação: o acordo de Lomé IV abrangeu um período de 10 anos.

⁵ Artigo 1 (2) do Acordo de Cotonou.

⁶ A Cláusula de Permissão da OMC permite aos países de oferecerem preferências para os países em desenvolvimento em geral, ou apenas para os Países Menos Desenvolvidos. As Convenções de Lomé eram incompatíveis porque elas excluíam uma grande parte dos países em desenvolvimento.

⁷ Os Acordos de Comércio Livre teriam que estar de acordo com o Artigo 24 do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT) de 1994. Enquanto a OMC explicitamente reconhece os direitos dos países em desenvolvimento ao Tratamento Especial Diferenciado (TED), o Artigo 24 possui a falha fundamental de não mencionar as provisões de TED.

⁸ O alto valor das preferências está concentrado entre alguns poucos beneficiários, primariamente pequenos estados-ilhas e outros grandes produtores de açúcar e banana. Numa extensão bem menor em termos de valor, as preferências também são consideradas benefícios para um pequeno número de países de baixa renda que são dependentes de um pequeno conjunto de produtos (notavelmente o tabaco, tecidos, pesca e cacau). Fonte: Alexandraki, K. (March 2005) 'Preference Erosion: Cause for Alarm?', Departamento de Política de Desenvolvimento e Revisão do FMI.

⁹ As regras de origem determinam 'de onde' um produto provém já que, em questões de preferências comerciais, somente bens originados em determinados países são elegíveis ao acesso sem taxas ou com tarifas reduzidas. No entanto, as regras atuais são muito mais austeras do que necessário.

¹⁰ Os Padrões Sanitários e Fito-Sanitários (SFS) são padrões estabelecidos, em princípio, para proteger a saúde pública de um país importador, enquanto que as Barreiras Técnicas ao Comércio (BTC) são colocadas para garantir que os produtos estejam de acordo com os padrões técnicos e outras especificações de uso no país importador.

¹¹ Além disso, o valor presente e futuro das preferências da ACP está diminuindo devido à liberalização da Nação Mais-Favorecida (NMF), reformas dos regimes de açúcar e banana da UE, e a introdução de outros esquemas preferenciais que oferecem acesso preferencial aos mercados Europeus aos países em desenvolvimento.

¹² Karingi et al (2005) 'Economic and Welfare Impacts of the EU-Africa Economic Partnership Agreements', UNECA, ATPC Work in Progress, No. 10.

¹³ Comissão Européia (2005) 'Economic Partnership Agreements — Putting a Rigorous Priority on Development', memo, 20 de Janeiro de 2005. Bruxelas: Comissão Européia. www.europa-eu-un.org/articles/en/article_4245_en.htm.

¹⁴ Bilal, S. e F. Rampa (2006) 'Alternative to EPAs: Possible Scenarios for the Future ACP Trade Relations with the EU', Maastricht: ECDPM, Policy Management Report 11.

-
- 15 Hinkle, L. et al. (2005) 'Beyond Cotonou: Economic Partnership Agreements in Africa', in Newfarmer, R., 'Trade, Doha, and Development: A Window into the Issues', Washington DC: The World Bank, pp.267-280.
- 16 Ibid.
- 17 Busse, M. et al. (2004) 'The Impact of ACP/EU Economic Partnership Agreements on ECOWAS Countries: An Empirical Analysis of the Trade and Budget Effects', Institut für Wirtschaftsforschung, Hamburgo.
- 18 Os gastos da República do Congo com educação em 2000-02 foram de um total de 12.6 por cento dos gastos totais do governo, comparado com uma queda estimada de 11.7 por cento de todas as receitas governamentais como resultado dos APE. O valor dos gastos públicos em educação foi extraído do relatório da UNDP, 'Human Development Report 2005'. O valor da queda de receitas foi obtido de Karingi et al., op. cit.
- 19 Em 2005, a UE gastou €1.43 bilhões de euros com subsídios de exportação para o 'dumping' de laticínios excedentes da UE nos mercados mundiais, destruindo meios de vida em alguns dos países mais pobres do mundo. Veja 'Milking the CAP: How Europe's dairy regime is destroying livelihoods in the developing world', Oxfam International, dezembro de 2002.
- 20 SIA das Negociações de Comércio do Acordo de Parceria Econômica da UE-ACP, Esboço do Relatório de Meio-Termo, 1 de outubro de 2003. www.sia-gcc.org/acp/download/summarised_mid-term_report_final_doc_light.pdf.
- 21 'Why Developing Countries Need Tariffs: How WTO NAMA negotiations could deny developing countries' right to a future', South Centre, Genebra e Oxfam International, Oxford 2005.
- 22 'The WTO Negotiations on Industrial Tariffs: What is At Stake for Developing Countries', Yilmaz Akyuz, Third World Network, Malásia, 2005.
- 23 ²² Isto contradiz diretamente os princípios do GATS, negociados na OMC, segundo os quais a liberalização dos serviços deve ser acordada caso-por-caso com base na opção de adesão (ou lista positiva) e não de maneira global.
- 24 'Recommendations authorising the Commission to negotiate Economic Partnership Agreements with the ACP countries and regions'. Acordado pelo Conselho de Assuntos Gerais da UE 17/06/02
- 25 ACP Declaração da Quinta Conferência Ministerial da OMC, Bruxelas, 1 de Agosto de 2003.
- 26 Relatório conjunto sobre a fase das negociações 'All ACP-CE', outubro de 2003, Parágrafo 25: 'Para a ACP, as regras referentes às áreas relacionadas ao comércio não devem ser sujeitas às negociações de APE antes que um acordo seja alcançado sobre como tratar destes assuntos a nível multi-lateral, particularmente na OMC.'
- 27 Declaração de Nairóbi sobre os Acordos de Parceria Econômica. Conferência dos Ministros de Comércio da União Africana, abril de 2006.
- 28 Karl Falkenberg, Vice-Diretor Geral Comercial da Comissão Europeia, Accra, Gana, 29 de junho de 2006.
- 29 'Competition Policy and Development in Developing Countries', Singh, A. (1999) South Centre, Working Paper No 7.
- 30 'Implementation of the Uruguay Round Commitments: The Development Challenge', Finger, M. and P. Schuller (2000), World Economy 23.
- 31 Relatório Conjunto sobre a fase de Negociação do APE 'All ACP e UE', Bruxelas, 2/10/2003
- 32 'Global Economic Prospects And Developing Countries 2003: Investing to Unlock Global Opportunities' Banco Mundial, Washington DC, 2003

-
- ³³ 'World Development Report 2005: A Better Investment Climate for Everyone', Banco Mundial 2004.
- ³⁴ Karl Falkenberg, op. cit.
- ³⁵ O Acordo estabelece que a 'cooperação econômica e comercial deve ter como base as iniciativas de integração regional dos Estados do ACP, levando em consideração que a integração regional é um instrumento chave para os países da ACP na economia mundial' (Artigo 35(2)), e que as negociações 'levarão em consideração os processos de integração regional dentro da ACP' (Artigo 37 (5)).
- ³⁶ Diretrizes da CE para a Negociações dos APE, Artigo 35(2), 2002.
- ³⁷Ibid., Article 37 (5).
- ³⁸ Por exemplo, é tratar o Haiti – o único país da região parte do grupo dos Países Menos Desenvolvidos – com maior sensibilidade do que outros países não-PMDs em termos das exigências de abertura dos mercados.
- ³⁹ Os órgãos regionais de negociação dos APE para os países da África sub-Saariana são a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional (SADC), o Mercado Comum para a África Oriental e Meridional (COMESA), e a Comunidade Econômica e Monetária Centro-Africana (CEMAC). O Fórum Caribenho (CARIFORUM) é o órgão de integração regional para os estados Caribenhos, enquanto que o Grupo ACP Pacífico representa os países da região do Pacífico.
- ⁴⁰ Stevens, C. (2006) 'The EU, Africa, and Economic Partnership Agreements: unintended consequences of policy leverage', *Journal of Modern African Studies*, 44 (3) pp.1-18.
- ⁴¹ Grant, C. (2006) 'Southern Africa and the European Union: The TDCA and SADC EPA', TRALAC Trade Brief, No. 1/2006.
- ⁴² Veja, por exemplo, 'Agenda for Development of Negotiating Position under Economic Partnership Agreements: Kenya's Agricultural Trade with the EU (Draft Report)' do Instituto Quênia para Pesquisa e Análise de Políticas Públicas (Agosto de 2004); 'Study of the Impact and Sustainability of EPAs for the Economy of Uganda', Harare, Zimbábue; 'REPAs or RIP OFF: An Initial Advocacy Position of the Caribbean Reference Group on the EPA Negotiations', Centro Caribenho de Políticas de Desenvolvimento (Abril de 2004), Bridgetown, Barbados.
- ⁴³ Milner, C. 'An assessment of the overall implementation and adjustment costs for the ACP countries of Economic Partnership Agreements with the EU', em Grynberg, R. e A. Clarke (2006) O Fundo de Desenvolvimento e Acordos de Parceria Econômica da União Européia, Secretariado da Commonwealth, Divisão de Assuntos Econômicos.
- ⁴⁴ At Port Moresby Conselho de Ministros da ACP, Maio de 2006.
- ⁴⁵Grynberg, R. and A. Clarke (2006) 'The European Development Fund and Economic Partnership Agreements', Secretariado da Commonwealth, Divisão de Assuntos Econômicos.
- ⁴⁶ Declaração de Nairóbi sobre os Acordos de Parceria Econômica. Conferência dos Ministros de Comércio da União Africana, Abril de 2006.
- ⁴⁷ Trade Negotiations Insights, Volume 5, No.2, março-abril, ECDPM, Genebra 2006
- ⁴⁸ At Port Moresby Conselho de Ministros da ACP, maio de 2006.
- ⁴⁹ Esboço do Relatório de Revisão do APE da ACP-UE, 9 de junho de 2006.
- ⁵⁰ Declaração conjunta da ACP/UE sobre a Revisão das Negociações dos Acordos de Parceria Econômica, julho de 2006.
- ⁵¹ Sob o Acordo de Cotonou, a negociação de uma estrutura para o APE, pelos blocos da ACP e UE, é requisitada a partir de 2002. O Artigo 37(6) (adiado desde 2004, tal como solicitado pelo ACP no encontro do Conselho Gabarone de Ministros, maio de 2004) estabelece que em 2006 'a Comunidade irá avaliar a situação dos países não-PMDs (da região ACP) que decidirem não estar em posição de entrar num acordo APE, e irá examinar as

possíveis alternativas para oferecer a estes países uma nova estrutura comercial que seja equivalente à sua situação existente, e em conformidade com as 'regras' da OMC. Os PMDs podem permanecer, se assim quiserem, com o acesso sem taxas que é garantido sob a iniciativa Tudo Menos Armas (TMA).

⁵² See Bilal and Rampa , *op. cit.* Esta posição é apoiada pela Oxfam Internacional.

⁵³ Em 2001, com a expiração da IV Convenção de Lomé, a UE solicitou um período de graça à OMC dentro do Acordo de Cotonou, para a extensão das preferências unilaterais aos países da ACP até dezembro de 2007.

© Oxfam International September 2006

This paper was written by Claire Godfrey. Oxfam acknowledges the assistance of Mayur Patel, Sreya Rao, Sravya Rao, Emily Jones, Bertram Zagema, Laura Merrill and Amy Barry in its production. It is part of a series of papers written to inform public debate on development and humanitarian policy issues.

The text may be used free of charge for the purposes of advocacy, campaigning, education, and research, provided that the source is acknowledged in full. The copyright holder requests that all such use be registered with them for impact assessment purposes. For copying in any other circumstances, or for re-use in other publications, or for translation or adaptation, permission must be secured and a fee may be charged. E-mail publish@oxfam.org.uk.

For further information on the issues raised in this paper or the Make Trade Fair campaign, please e-mail advocacy@oxfaminternational.org or visit www.maketradefair.com.

A **Oxfam Internacional** é uma confederação formada por doze organizações trabalhando juntas em mais de 100 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam-na-Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Alemanha, Oxfam Grã-Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Novib (Países Baixos) e Oxfam Québec. Por favor ligue ou escreva para qualquer uma destas agências para obter informações adicionais ou visite www.oxfam.org.

<p>Oxfam America 26 West St., Boston, MA 02111-1206, USA Tel: +1.617.482.1211 E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p>	<p>Oxfam Hong Kong 17/fl., China United Centre, 28 Marble Road, North Point, Hong Kong Tel: +852.2520.2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p>
<p>Oxfam Australia 156 George St., Fitzroy, Victoria 3065, Australia Tel: +61.3.9289.9444 E-mail: enquire@oxfam.org.au www.oxfam.org.au</p>	<p>Intermón Oxfam (Espanha) Roger de Llúria 15, 08010, Barcelona, Espanha Tel: +34.902.330.331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p>
<p>Oxfam-in-Belgium Rue des Quatre Vents 60, 1080 Bruxelas, Bélgica Tel: +32.2.501.6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfamsol.be</p>	<p>Oxfam Ireland Dublin Office, 9 Burgh Quay, Dublin 2, Irlanda Tel: +353.1.672.7662 Belfast Office, 115 North St, Belfast BT1 1ND, UK Tel: +44.28.9023.0220 E-mail: communications@oxfam.ie www.oxfamireland.org</p>
<p>Oxfam Canada 250 City Centre Ave, Suite 400, Ottawa, Ontário, K1R 6K7, Canada Tel: +1.613.237.5236 E-mail: info@oxfam.ca www.oxfam.ca</p>	<p>Oxfam New Zealand PO Box 68357, Auckland 1032, Nova Zelândia Tel: +64.9.355.6500 (Toll-free 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p>
<p>Oxfam Germany Greifswalder Str. 33a, 10405 Berlin, Alemanha Tel: +49.30.428.50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p>	<p>Oxfam Novib (Netherlands) Mauritskade 9, Postbus 30919, 2500 GX, The Hague, Holanda Tel: +31.70.342.1621 E-mail: info@oxfamnovib.nl www.oxfamnovib.nl</p>
<p>Oxfam Great Britain Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK Tel: +44.(0)1865.473727 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p>	<p>Oxfam Québec 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200, Montréal, Québec, H3J 2Y2, Canadá Tel: +1.514.937.1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p>

Secretaria da Oxfam Internacional: Suite 20, 266 Banbury Road, Oxford, OX2 7DL, UK
Tel: +44.(0)1865.339100. E-mail: information@oxfaminternational.org. Web site: www.oxfam.org

Escritórios de 'Advocacy' da Oxfam Internacional:

Washington: 1112 16th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20036, EUA

Tel: +1.202.496.1545. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Bruxelas: 22 rue de Commerce, 1000 Bruxelas, Bélgica

Tel: +322.502.0391. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Genebra: 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça

Tel: +41.22.321.2371. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Nova Iorque: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, New York, NY 10017, EUA

Tel: +1.212.687.2091. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Organizações da Oxfam Vinculadas:

As organizações a seguir estão vinculadas à Oxfam Internacional:

Oxfam Japão Maruko bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tokyo 110-0015, Japão

Tel: + 81.3.3834.1556. E-mail: info@oxfam.jp Web site: www.oxfam.jp

Oxfam Índia B55, First Floor, Shivalik, Nova Délhi, 1100-17, Índia

Tel: + 91.11.26693 763. E-mail: info@oxfamint.org.in Web site: www.oxfamint.org.in

Membros observadores da Oxfam:

As organizações a seguir são atualmente membros observadores da Oxfam Internacional, trabalhando em direção a uma possível afiliação completa:

Agir ici (França) 104 Rue Oberkampf, 75011 Paris, França

Tel: + 33.1.56.98.24.40. E-mail: agirici@agirici.org Web site: www.agirici.org

Fundación Rostros y Voces (México) Alabama No. 105 (esquina con Missouri), Col. Nápoles, C.P. 03810 México, D.F.

Tel/Fax: + 52.55.687.3002. E-mail: correos@rostrosyvoces.org Web site:

www.rostrosyvoces.org